

**ARQUIVO
RIO CLARO**

12

jul. 1987

ARQUIVO RIO CLARO

Boletim semestral do Arquivo Público
e Histórico do Município de Rio Claro

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Ana Maria de Almeida Camargo
Ana Maria Penha Mena Pagnocca
Jamil Nassif Abib

ENDEREÇO

Avenida 3, nº 568 - Rio Claro (SP)
Tel.: (0195) 34-4118
Caixa Postal 284 CEP 13.500

IMPRESSÃO

Arquivo do Estado de São Paulo
Tiragem: 1.000 exemplares

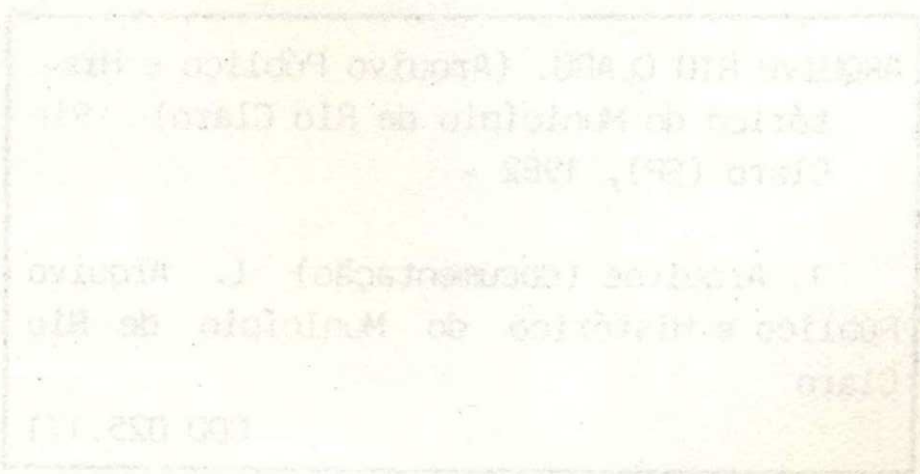
SUMÁRIO**EDITORIAL****TEORIA E PRÁTICA**

. Descrição: processo e instrumen-
tos (2), por Heloísa Liberalli
Bellotto

. A construção de índices em Ar-
quivos Históricos, por Isabel Ma-
ria Ribeiro Ferin Cunha

DOCUMENTO E HISTÓRIA

. Sobre a Companhia Rio Claro, por
Maria Antonia Gardenal Molon

NOTAS E INFORMAÇÕES

ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE
RIO CLARO



CONSELHO SUPERIOR

Fernando Cilento Fittipaldi (Presidente)
Francisco Anaruma
Jamil Nassif Abib
Jeanne Berrance de Castro
José Carlos Cardoso
Luzo dos Santos Ferro
Maria Silvia Casagrande Beozzo Bassanezi
Roberto Felipe Palmari
Ruy Cassavia

DIRETOR

Ana Maria de Almeida Camargo

EQUIPE DE FUNCIONÁRIOS

Ana Maria Penha Mena Pagnocca
Augusto Jeronimo Martin
Beatriz Moreira de Negreiros
Maria Antonia Gardenal Molon
Neusa Maria Dagnolo Inforsato
Onivaldo Doniseti Dagnolo
Regina Helena Moreira
Sebastião Mainardi
Sílvia Aparecida Xavier de Camargo Picelli
Yolanda Mainardi Bell

ARQUIVO RIO CLARO. (Arquivo Público e His-
tórico do Município de Rio Claro) Rio
Claro (SP), 1982 -

1. Arquivos (documentação) I. Arquivo
Público e Histórico do Município de Rio
Claro

CDD 025.171

Mantendo a mesma estrutura de 1982, quando começou a circular, o boletim **Arquivo Rio Claro** alcança o nº 12.

Por despertar o interesse de outras instituições arquivísticas, a seção "Teoria e Prática", como vem ocorrendo nos exemplares mais recentes, apresenta-se reforçada. Além da segunda parte do trabalho da professora He-loísa Liberalli Bellotto - desta vez analisando catálogos, repertórios, índices e edição de fontes -, publicamos o artigo de Isabel Ferin Cunha sobre a difícil e importante construção de índices em arquivos históricos.

Voltada para o passado do município, a seção "Documento e História"

reproduz texto cujo original se conserva no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Trata-se de ofício datado de 1889, sobre a Companhia Rio Claro de Estrada de Ferro, transcrito e comentado por Maria Antonia Gardenal Molon.

As "Notas e Informações" possibilitam uma visão panorâmica das atividades desenvolvidas no último semestre. Para além da rotina das doações, do atendimento ao público e do processamento da documentação, relacionam-se os eventos de que o Arquivo participou e que, apesar de não corresponderem às funções que lhe seriam típicas, representam a forma particular por que realiza sua inserção na vida comunitária.

Ana Maria de Almeida Camargo

Catálogo

É definido na terminologia arquivística brasileira como "relação metódica na qual as entradas dos documentos são dispostas segundo um critério temático, cronológico, onomástico ou outro, de todos os documentos pertencentes a um ou mais fundos, e sendo descritos de forma sumária ou pormenorizada" (31). Foge, portanto, da ordem do arranjo, para assumir uma seqüência de assuntos, nomes, etc.

Estabelecida esta conceituação para o Brasil, é preciso que nossos arquivistas estejam atentos para as diferentes caracterizações de catálogo em outros países, notadamente quando deles nos vêm autores largamente difundidos entre nós. É o caso de Schellenberg ou de Antonia Heredia. A acepção do arquivista americano é a de que os "catálogos de série contêm informação similar à prestada pelos inventários (...), mas aparecem em forma de ficha" (é curioso notar que o capítulo referente a este tipo de meios de busca acha-se inserido na parte dedicada aos arquivos privados) (32). Já para a renomada professora de Sevilha, que endossa a sistemática usual em seu país, o objetivo do catálogo é, como já vimos, "fazer a descrição da peça documental, entendendo-se como tal tanto o documento solto (Provisão Real, carta, consulta), como a unidade arquivística (processo, dossiê)" (33).

Nota-se que a conceituação brasileira é totalmente diversa da de ambos os autores. **Para nós o catálogo é praticamente um inventário transfigurado, isto é, troca-se a ordem topográfica pela temática.** Cabem duas modalidades de catálogo, ainda segundo as definições da ABNT: o sumário e o analítico.

O catálogo será **sumário** se apenas disser respeito às séries. Ele pode identificar, para o historiador, temas e conteúdos, sem transmitir-lhe a informação sobre que espécie documental eles vêm grafados. Conseqüentemente, têm-se "assuntos", sem que se possa distinguir "funções".

No catálogo **analítico**, sendo a representação descritiva a de documento por documento, as seqüências dos dados necessários à identificação e resumo serão as mesmas que as do inventário. A diferença está mesmo - e apenas - na ordem em que se apresentam os verbetes; mas isto faz mudar totalmente a feição de um instrumento para o outro.

Montagem do catálogo sumário

É na montagem que a escolha é feita: temático? onomástico? geográfico? Seja a ordem que for, entretanto, não se pode selecionar documentos: este é um ponto em comum com o inventário. Assim, se a resolução for a de que a estrutura será a temática, é evidente haver escolha - dos assuntos, das rubricas -, mas não dos documentos a arrolar. Eles terão que se subordinar obriga-

toriamente aos temas propostos. Imaginemos que uma das entradas seja Escravidão. Numa série haverá documentos sobre escravos e sobre outros assuntos. Os primeiros figurarão sob a rubrica Escravidão, os demais sob outras. O que deve ser levado em conta é que nenhum documento será omitido. Esta dedução vem da única leitura possível do conceito: "... relação metódica (...) de todos os documentos pertencentes a um ou mais fundos" (34).

Da mesma forma que o inventário, a estrutura editorial pode compreender uma apresentação, um prefácio, uma introdução em que se esclareça o porquê dos conjuntos escolhidos e algumas considerações sobre a metodologia.

Para que se torne mais didática a exemplificação, tomemos as mesmas séries hipotéticas usadas quando expusemos a montagem do inventário sumário e passemos-las para uma estrutura de catálogo.

Notando que não são rubricas constantes de tabelas apriorísticas (como é possível em bibliotecas, dadas as especificidades do material com que trabalham), suponhamos as seguintes para um dado conjunto de documentos: Igreja e Religião; Posse de Terras; Impostos; Recrutamento e Manobras Militares; e Mineração. A estrutura do corpus será a seguinte:

FUNDO SECRETARIA DE GOVERNO

Igreja e Religião

Avisos 2, 4, 8 (S1, Cx. 15); Portarias 1, 2, 3 (S3, Cx. 57).

Impostos

Avisos 2, 4, 5 (S1, Cx. 15); Bandos (S2, Cx. 16, Cx. 17).

Mineração

Avisos 3, 5 (S1, Cx. 15); Portaria 18 (S3, Cx. 57).

Posse de Terras

Bandos (S2, Cx. 16, Cx. 40 a 42, Cx. 50).

Recrutamento Militar

Portarias 1, 8, 9, 11, 12, 19 (S3, Cx. 57); Bandos (S2, Cx. 17, 18, 40).

Nota-se por esta amostragem que, sendo o catálogo sumário, o usuário as senhora-se apenas do assunto; porém não terá meios de saber antecipadamente de que forma, com que função e como o tema vem veiculado no documento. Para obter este tipo de dados, o catálogo deverá ser o analítico.

Montagem do catálogo analítico

No catálogo analítico os documentos são **descritos unitariamente** (ou em pequenos agrupamentos, desde que absolutamente homogêneos em seu interior), pelo mesmo modelo usado para o inventário. A forma e a estrutura interna dos verbetes de um e de outro são idênticos.

Comparativamente, a título didático apenas, já que nunca ocorreria se produzir um inventário analítico e um catálogo analítico para o mesmo fundo

ou série, teríamos, numa documentação legislativa do século XIX (35):

No inventário analítico

Série Atas

1- Ata da apuração dos votos para a eleição dos membros do Conselho Geral da Província de São Paulo. Imperial Cidade de São Paulo, 18 de agosto de 1824. as. Manoel Benedicto de Toledo e outros. 3 p.

FCCGP, S1, Doc. 1, Lt. 1

2- Atas das reuniões dos dias 12, 13, 21 a 24 e 28 a 30 de janeiro de 1829, em que se tratou de Educação, Finanças e recrutamento militar. s.d. s. a. 9 unid.

FCCGP, S1, Doc. 2/10, Lt. 1

3- Ata da Sessão solene de entrega dos diplomas aos Conselheiros eleitos. Sala das Sessões, 3 de janeiro de 1830. 1 p.

FCCGP, S1, Doc. 11, Lt. 1

Série Representações

4- Representação do Conselho Geral a D. Pedro I, Imperador do Brasil, para que não fossem admitidas irregularidades nas eleições dos Juizes Ordinários e de Órfãos. Cidade de São Paulo, 29 de janeiro de 1829. as. Pinto de Sá e outros. 1 p.

FCCGP, S2, Doc. 1, Lt. 1

5- Projeto de Representação do Conselho Geral a D. Pedro I, Imperador do Brasil, para que fosse revogada a Carta Régia de 5 de novembro de 1808 que autorizava o aprisionamento de índios para prestarem serviços compulsórios. Paço do Conselho Geral da Província de São Paulo, 11 de dezembro de 1829.

No catálogo analítico (36)

Educação

1- Resolução criando a Cadeira de Filosofia em certas vilas da Província, designando o conteúdo e regulamentando o funcionamento. Paço do Concelho Geral, 7 de janeiro de 1829. as. Diogo Antonio Feijó e outros. 3 p.

FCCGP, S3, Doc. 1, Lt. 3

2- Atas das reuniões dos dias 12, 13, 21 a 24 e 28 a 30 de janeiro de 1829, em que se tratou de Educação, Finanças e recrutamento militar. s.d. s. a. 9 unid.

FCCGP, S1, Doc. 2/10, Lt. 1

3- Resolução suprimindo várias disciplinas das que vinham sendo ministradas aos Moços de Coro da Sé. Paço do Concelho, 27 de janeiro de 1831. as. D.A. Feijó, Roiz Azdo Marques. 1 p.

FCCGP, S3, Doc. 2, Lt. 3

4- Representação do Conselho Geral a D. Pedro I, Imperador do Brasil, para que aprovasse a Resolução visando a redução dos ordenados dos professores de primeiras letras. Paço do Concelho Geral de São Paulo, 6 de fevereiro de 1834. s.a. 1 p.

FCCGP, S2, Doc. 3, Lt. 1

Eleições

5- Ata da apuração dos votos para a eleição dos membros do Conselho Geral da Província de São Paulo. Imperial Cidade de São Paulo, 18 de agosto de 1824. as. Manoel Benedicto de Toledo e outros. 3 p.

FCCGP, S1, Doc. 1, Lt. 1

s.a. 2 p.

FCGP, S2, Doc. 2, Lt. 1

6- Representação do Conselho Geral a D. Pedro I, Imperador do Brasil, para que aprovasse a Resolução visando a redução dos ordenados dos professores de primeiras letras. Paço do Concelho Geral de São Paulo, 6 de fevereiro de 1834. s.a. 1 p.

FCGP, S2, Doc. 3, Lt. 1

Série Resoluções

7- Resolução criando a Cadeira de Filosofia em certas vilas da Província, designando o conteúdo e regulamentando o funcionamento. Paço do Concelho Geral, 7 de janeiro de 1829. as. Diogo Antonio Feijó e outros. 3 p.

FCGP, S3, Doc. 1, Lt. 3

8- Resolução suprimindo várias disciplinas das que vinham sendo ministradas aos Moços de Coro da Sé. Paço do Concelho, 27 de janeiro de 1831. as. D.A. Feijó, Roiz Az^{do} Marques. 1 p.

FCGP, S3, Doc. 2, Lt. 3

9- Resolução autorizando concessão de numerário para que as vilas de Itapeitinga, Faxina, Castro e Guarapuava estabelecessem comércio com os índios. Paço do Concelho Geral de São Paulo, 30 de dezembro de 1829. as. Gurgel, C G Gomide, J da Costa Carvalho. 1 p.

FCGP, S3, Doc. 3, Lt. 3

6- Ata da Sessão solene de entrega dos diplomas aos Conselheiros eleitos. Sala das sessões, 3 de janeiro de 1830. 1 p.

FCGP, S1, Doc. 11, Lt. 1

7- Representação do Conselho Geral a D. Pedro I, Imperador do Brasil, para que não fossem admitidas irregularidades nas eleições dos Juizes Ordinários e de Órfãos. Cidade de São Paulo, 29 de janeiro de 1829. as. Pinto de Sá e outros. 1 p.

FCGP, S2, Doc. 1, Lt. 1

Índios

8- Resolução autorizando concessão de numerário para que as vilas de Itapeitinga, Faxina, Castro e Guarapuava estabelecessem comércio com os índios. Paço do Concelho Geral de São Paulo, 30 de dezembro de 1829. as. Gurgel, C G Gomide, J da Costa Carvalho. 1 p.

FCGP, S3, Doc. 3, Lt. 3

9- Projeto de Representação do Conselho Geral a D. Pedro I, Imperador do Brasil, para que fosse revogada a Carta Régia de 5 de novembro de 1808 que autorizava o aprisionamento de índios para prestarem serviços compulsórios. Paço do Conselho Geral da Província de São Paulo, 11 de dezembro de 1829. s.a. 2 p.

FCGP, S2, Doc. 2, Lt. 1

Comparando, nota-se que no caso do inventário analítico a notação (correspondendo à guarda física) é ininterrupta e crescente (série 1, Doc. 1, 2, 3; Série 2, Doc. 1, 2, 3, 4, etc.) e no catálogo analítico é diferenciada, pois o **fator norteador da junção dos verbetes é o "grande assunto" e não a ordem de guarda das unidades de arquivamento dispostas nos depósitos.** Note-se, também, que a ordem de entrada nos verbe-

tes é única, do primeiro ao último do inventário ou catálogo, não se renovando a cada série (no primeiro caso), nem a cada assunto (no segundo caso).

Repertório

É um instrumento de pesquisa que traz uma "relação seletiva de documentos pertencentes a um ou mais fundos e no qual cada peça integrante de uma unidade de arquivamento é descrita minuciosamente" (37). Desde que a própria definição alude a que cada peça seja minuciosamente descrita, evidencia-se que a sistemática será a dos verbetes individualizados. O que o difere fundamentalmente dos inventários e catálogos é que naqueles, depois de escolhido o fundo, a série ou parte dela a descrever, não há seleção; no repertório sim, tanto que é também chamado **catálogo seletivo**.

O repertório pode ser de dois tipos:

1. o que traz seleção no sentido de captação, dentro de conjuntos documentais maiores e mais genéricos, dos documentos que se referem especificamente ao tema, pessoa ou evento propostos. Exemplos de tais instrumentos seriam: "Repertório de fontes sobre história da música existentes no Arquivo Nacional", "Repertório dos documentos sobre a escravidão existentes nos arquivos mineiros", "Repertório de temas militares na Série Requerimentos do Fundo Tesouro Provincial", "Repertório sobre Antônio Conselheiro nos fundos militares e policiais da Bahia". Há instrumentos já publicados que se enquadram perfeitamente na formatização do repertório: os conhecidos O Brasil no Arquivo de Índias, de João Cabral de Mello Neto, e Os manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval respeitantes ao Brasil, de Virginia Rau e Maria Fernanda Gomes da Silva.

2. o que, além da seleção por tema, pessoa ou evento, ainda traz uma escolha feita pelo autor no sentido de "os mais importantes", "os de maior interesse", "os de maior relevo". Este tipo está bem exemplificado por Maria Amélia Porto Miguéis, quando ela cita o Repertório referente à Independência do Brasil (1972), onde se declara: "Arrolamos somente os documentos de maior importância e elementos concretos que pudessem ser úteis aos estudiosos ..." (38). Igualmente, a antiga arquivista do Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis menciona como amostra deste tipo de repertório o de autoria de Flávio Guerra, Alguns documentos de arquivos portugueses de interesse para a história de Pernambuco: Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Arquivo Histórico Ultramarino (Note-se que este repertório abrange documentos de dois arquivos diferentes, o que cabe perfeitamente na definição deste tipo de instrumento de pesquisa).

Um arquivo não tem entre suas obrigações primeiras a produção sistemática de repertórios. Sua elaboração nasce, quase sempre, em torno de efemérides, de eventos ou como catálogo de exposições temporárias de documentos. Frequentemente é feito por pessoa fora do quadro de funcionários do arquivo com

a colaboração destes ou não.

As efemérides apresentam, via de regra, boas oportunidades a historiadores e a arquivistas: aos primeiros, de encetarem trabalhos de revisão crítica sobre o evento comemorado, e aos segundos o de levantarem um corpus documental necessário para aquela própria revisão. Nesse sentido, os arquivistas brasileiros têm, por exemplo, desde já, uma grande tarefa a ser iniciada (pois, evidentemente, os corpi documentais devem ser cronologicamente anteriores às revisões): aproximam-se as comemorações do primeiro centenário da abolição da escravidão (1888-1988) e o da proclamação da República (1889-1989), bem como o segundo centenário da Revolução Francesa (1789-1989). Para o V Centenário da Descoberta da América (1492-1992), sob o patrocínio da Comissão Comemorativa espanhola, fundada em 1982, vários países da América já estão publicando repertórios temáticos sobre a documentação do século I da América, o século XVI.

Índices

Os índices, apontando nomes, lugares ou assuntos em ordem alfabética e remetendo o leitor às respectivas notações de localização, podem ser parte complementar de inventários ou catálogos analíticos, ou podem ter personalidade própria, indexando os documentos diretamente.

A sua definição no Elsevier's Lexicon é bastante abrangente e indefinida, nela cabendo as duas acepções acima aventadas: "Um índice é uma lista alfabética (e eventualmente cronológica) de nomes de pessoas, de lugares ou de assuntos contidos em uma ou mais unidades arquivísticas" (39).

Já foi referido, ao tratarmos da estrutura editorial do Inventário analítico, o quanto os índices são indispensáveis nos instrumentos daquele tipo e o quanto se deve fugir das indexações "amadorísticas" ou das indexações "selvagens". Sendo sua elaboração dependente de técnicas muito específicas da área de análise documentária, como já afirmado, não é objetivo deste trabalho dispor sobre sua montagem.

Quanto aos "índices com personalidade própria", podem eles ser incluídos como um instrumento de pesquisa com a mesma importância e utilidade dos demais, dentro da categoria "sumários".

Este tipo de índice referencia diretamente o documento, sem passar pelo verbete (de inventário, catálogo ou repertório) como intermediário. Assim, servindo-nos, uma vez mais, dos exemplos já utilizados para a diferenciação entre inventário e catálogo analíticos, teríamos:



ÍNDICE COMPLEMENTAR A INVENTÁRIO

ANALÍTICO

(referencia-se o número de entrada no corpus; é no verbete que se localiza a unidade de arquivamento)

Educação - 2; Criação de disciplinas, 7; supressão de disciplinas, 8;
Eleições - Conselho Geral da Província, 1; de Juizes Ordinários e de Órfãos, 4;
Finanças - 2;
Igreja - Moços de Coro da Sé, 8;
Índios - Comércio, 9; Trabalho forçado, 5;

ÍNDICE COM PERSONALIDADE

PRÓPRIA

(referencia-se diretamente a unidade de arquivamento, já que não se fez nenhum inventário analítico)

Educação - FCGP, S3, Doc. 1, Lata 3;
Eleições - FCGP, S1, Doc. 1 e Doc. 11, Lata 1;
Igreja - FCGP, S3, Doc. 2, Lata 3; ..
Índios - FCGP, S2, Doc. 2, Lata 1; S3, Doc. 2, Lata 3;

Edição de fontes

A edição de textos históricos ou fontes documentais compreende a publicação de um instrumento de pesquisa no qual os documentos não recebem resumos indicativos e/ou informativos, como nos anteriormente citados, mas sim figuram em seu texto integral. A forma ideal é a que prevê não só o texto, mas também estudos introdutórios e fontes paralelas a respeito.

A publicação de documentos não é tão simples quanto pode parecer, já que uma verdadeira edição de fontes não pode se restringir a ser apenas a cópia paleográfica e sua reprodução impressa, ainda que contenha introdução e notas. "À primeira vista, pode parecer tudo a resumir-se a um trabalho material de cópia, exigindo alguma atenção e muita paciência (...), mas há uma série de problemas de seleção (crítica geral), leitura (paleografia), análise (diplomática), intelecção (gramática, lexicografia), identificação de datas (cronologia) ou nomes (onomástica, biografia, genealogia, geografia histórica), determinação dos fatos (história geral, bibliografia, pesquisas das fontes paralelas), etc." (40).

O Arquivo Nacional publicou recentemente, na sua série "Publicações Técnicas", um manual de publicação de documentos de autoria de Emanuel Araújo (42) que pode viabilizar a programação da edição de textos em nossos arquivos. As formas da publicação, os arcaísmos, a colação de textos, o aparato e-

ditorial são itens abordados de forma bastante clara e precisa, não deixando margens de dúvidas aos que encetarem um trabalho de responsabilidade como é o da transcrição e apresentação de textos antigos.

Não é objetivo deste trabalho tratar da forma e estrutura dessas edições, nem aludir a normas de transcrição e editoração. Para tanto o manual do Arquivo Nacional fornece os elementos necessários. O fundamental é reiterar que as escolhas sejam sobre os originais, que se adotem normas oficializadas de transcrição e de intervenções no texto, que haja notas explicativas de pé de página, etc. Fica claro que este é um campo de trabalho bem específico e, da mesma forma, como era necessário se socorrer da análise documentária para bem saber elaborar o índice, também aqui serão precisos estudos básicos anteriores de Paleografia, Diplomática, Edótica e Heurística.

Um arquivo público faz imprimir documentos na íntegra com a finalidade de preservação, poupando os originais do manuseio, ou com a finalidade de facilitar o acesso ao texto completo, possibilitando a pesquisa "à distância". Entretanto, esta prática, se sistemática e cotidiana, demandaria enorme quantidade de recursos humanos e financeiros com que os arquivos, em geral, não podem contar (41). Muitos arquivos brasileiros têm apresentado até relativa frequência em publicações de instrumentos deste tipo. A nosso ver, para evitar gastos e esforços que não se coadunam, muitas vezes, com a demanda, é preferível que este tipo de instrumento seja circunstancial e esporádico, em efêmeros, por exemplo. Excetua-se, naturalmente, o arquivo que já tiver todo o seu acervo inventariado, podendo, então, passar a instrumentos mais especializados e sofisticados. Neste caso - o da impressão sistemática de documentos - é preciso que haja uma boa política de seleção. Se assim for, é evidente que o resultado será bastante útil.

Muitos dos nossos arquivos estaduais, o Arquivo Nacional e a Biblioteca Nacional têm suas tradicionais coleções de documentos publicados há anos (Documentos Históricos, Documentos Interessantes, etc.). Mas os critérios de eleição nunca foram devidamente científicos nem explicitados. Publicavam-se seleções ao gosto dos diretores ou ao sabor de algumas pesquisas em voga. Esta situação está se transformando e se algumas destas iniciativas antigas forem substituídas, nos estados, por instrumentos de pesquisa como guias e inventários, tanto melhor para a pesquisa histórica, no sentido de abarcar maior leque de interesses.

Um bom exemplo de edição de fontes de documentos isolados foi a publicação da Lei dos Índios do Maranhão de 1680 e do Regimento das Missões de 1686, com o subtítulo "Dois documentos do século XVII traçando o curso da história do índio da Amazônia Brasileira" (Boletim de Pesquisa do CEDEAM, Manaus, 2 (3): 86-111, ago. 1983). Consta de uma apresentação feita por especialista (Prof. João Renôr de Carvalho), que posiciona os documentos na legislação e

na política da época; da transcrição integral com ortografia atualizada e, a seguir, da reprodução fac-similar dos dois documentos.

É preciso haver uma política de publicação de fontes. O quê, quando, para quê? Os critérios podem variar, indo desde a escolha dos documentos mais danificados e/ou antigos para que se evite o manuseio, até os que, mesmo estando em bom estado de conservação, são de leitura difícil, sendo ao mesmo tempo de demanda constante. Para estes, a intermediação do paleógrafo-funcionário do arquivo, já proporcionando o texto em forma impressa, é sempre de grande valia para os pesquisadores. De qualquer modo, o que transcrever é algo a ser estabelecido criteriosamente pela equipe responsável.

A publicação de textos na íntegra para comemoração de efemérides é uma prática salutar e que já tem ocorrido em alguns arquivos no Brasil. Aí já não se trata de levantar o corpus documental, mas de verdadeiramente "oferecê-lo" ao historiador. É com a devida antecedência que estes programas de transcrição devem ser elaborados, porque o cuidado e a precisão necessários demandam tempo. Antes, entretanto, da política de edição de fontes, o arquivo deve se preocupar em ter uma política geral de descrição. Ela é que vai ditar prioridades e programações no setor da elaboração e divulgação dos instrumentos de pesquisa.

NOTAS

* Coordenadora do Curso de Especialização em Arquivos da Escola de Comunicações e Artes da USP.

31- Maria Amélia Porto Miguéis. Roteiro para elaboração de instrumentos de pesquisa em arquivos de custódia. Arquivo & Administração, Rio de Janeiro, 5 (2): p. 8, ago. 1976.

32- T.R. Schellenberg. Manual de arquivos. Trad. de Manoel A. Wanderley. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1956. p. 125.

33- Antonia Heredia Herrera. Manual de descripción documental. Sevilla, Diputación Provincial, 1982. p. 77.

34- Neste sentido, os dois exemplos citados por Maria Amélia Porto Miguéis (op. cit. p. 9) como sendo catálogos não o são já que representam um segmento de documentação sacado referencialmente de um conjunto mais amplo: o "Catálogo de la documentación referente a las relaciones diplomáticas entre Estados Unidos e America y la Republica Argentina, 1810-1830: existente en el Archivo General de la Nación", de Carlos Quesada Zapiola (1949), e os "Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval respeitantes ao Brasil", de Virginia Rau e Maria Fernanda Gomes da Silva (1955-58), são mais bem repertórios, pois ambas representam escolha dentro de um conjunto documental.

35- Os exemplos são reais do Fundo Conselho Geral da Província de São Paulo (1824-1834) existente na documentação inativa da Assembléia Legislativa de São

Paulo, mas as seqüências e as quantidades de unidades nas séries não correspondem à realidade.

36- Note-se que a ordem é cronológica sob cada título.

37- M.A.P. Miguéis. Op. cit. p. 9. O "repertoire" francês (Cf. Elsevier's, cit.) não tem esta conotação; ele está mais próximo do nosso inventário sumário.

38- Ib. ibid.

39- Cit. p. 9.

40- Jean Glénisson. A publicação dos textos históricos. In: --- Iniciação aos estudos históricos. São Paulo, DIFEL, 1961. p. 344.

41- Publicação de documentos históricos. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1985 (Publicações técnicas, 43).

42- Não nos referimos a simples reproduções, o que vários arquivos dos países desenvolvidos já vêm realizando através de microformas. Não se trata dos pedidos usuais de historiadores para elaboração de microfilmes. Trata-se de edição sistemática de documentos em microfichas, feitas anteriormente a qualquer pedido. Deste material há catálogos impressos, podendo-se escolher o que adquirir.

A CONSTRUÇÃO DE ÍNDICES EM ARQUIVOS HISTÓRICOS

Isabel Maria Ribeiro Ferin Cunha (*)

Em Arquivos Históricos qualquer trabalho que vise a divulgação necessita da elaboração de índices. São eles que fornecem aos pesquisadores as informações básicas para o desenvolvimento dos seus estudos, introduzindo os assuntos/conteúdos e apontando os documentos correspondentes. São eles, também, que permitem a recuperação da informação e total conhecimento dos acervos por meio de consulta direta.

Se considerarmos ainda que estamos na era da informática, teremos de admitir que serão os assuntos/conteúdos representados nos índices um dos itens mais importantes a serem cadastrados no processo de automação, na medida em que particularizam e singularizam a informação de cada documento.

Contudo, apesar da importância dos índices na disseminação da informação nos acervos históricos, pouca ênfase se tem dado à sua construção e estruturação, incorrendo a maior parte dos instrumentos de divulgação (como inventários, catálogos, etc.) em graves erros de informação, ao proceder de forma arbitrária tanto na fase de análise do documento, como na fase de seleção e estruturação dos assuntos.

Estas duas questões levam-nos a propor alguns parâmetros teórico-pragmáticos de procedimentos, a que daremos o nome de análise documentária e que poderemos definir como o conjunto de procedimentos efetuados com a finalidade de expressar o conteúdo de documentos sob formas destinadas a facilitar a recuperação da informação.

Tomando como base a definição de análise documentária, temos então dois momentos a serem considerados: o momento da análise do documento e extração de conteúdos (que formarão o vocabulário de base); e o momento de seleção e estruturação desse vocabulário de forma a revelar os conteúdos mais significativos.

Estes dois momentos, fundamentais para a construção de índices, sofrem normalmente nos Arquivos Históricos uma condensação ao reduzir-se o índice ao levantamento do vocabulário de base sem se ter em consideração quer o conjunto dos documentos de uma mesma série, quer o fundo ou fundos como um todo e estes dentro de um conjunto mais amplo, isto é, o próprio acervo do Arquivo.

Posto isto, consideramos que existem dois problemas fundamentais centrados, respectivamente, no momento da análise do documento e extração de conteúdos e no momento de seleção e estruturação do vocabulário.

O primeiro problema consiste na não utilização de um método padronizado de leitura de documentos, que faz com que o fator subjetivo interfira em função dos interesses, cultura e conhecimentos gerais do arquivista que lê o documento com o fim de transmitir a informação. Isto é, o que para mim é "informação significativa" pode não o ser para outra pessoa e fatalmente depende

dos nossos interesses e cultura.

Como forma de minimizar esta questão, talvez seja interessante desenvolver-se em cada instituição um trabalho de equipe de "normalização da leitura" com base em alguns itens de análise, como:

- . identificação da função/objeto do documento;
- . identificação nos documentos dos agentes, ativos, receptivos, etc.;
- . identificação nos documentos das informações novas apresentadas;
- . identificação dos argumentos apresentados;
- . identificação das interpretações feitas em cima dessas informações novas e argumentos;
- . identificação de como são comprovadas as informações novas, argumentos e interpretações.

Todo este trabalho de "normalização da leitura" nada tem a ver com as questões de diplomática ou paleografia, mas sim com a tentativa de entender e identificar o fluxo lógico do discurso/documento, permitindo aos arquivistas uma análise padronizada/"universal" do documento e, por conseguinte, viabilizar a extração de conteúdos comuns. Explicando melhor: na medida em que se padroniza a leitura e se eliminam alguns fatores subjetivos, crescem as chances de se manterem os mesmos critérios na relevância de conteúdos dos documentos em formação do vocabulário.

Levantado esse problema relativo ao primeiro momento da análise documental, passamos a enfocar um outro problema correspondente ao momento de seleção e estruturação do vocabulário.

Na verdade esse problema pode-se resumir à inexistência de uma política de indexação nos Arquivos Históricos, o que implica a multiplicidade de critérios utilizados na elaboração de índices e conseqüentes erros na disseminação da informação.

Dado isto, propõe-se a adoção de uma política de indexação que contemple tanto o planejamento, como a execução.

No planejamento incluímos a necessidade de se identificar a instituição, isto é, qual o modelo de arquivo em que se trabalha; suas seções e organograma geral; a caracterização de seus fundos; a identificação do usuário/pesquisador; seus interesses e núcleos de interesses; grau de especificidade das pesquisas realizadas; tipos de perguntas; formas de consulta adotadas e produtos mais solicitados; e, finalmente, quais os recursos disponíveis, tanto materiais, como humanos, bem como dotações orçamentárias.

À fase de execução, que pressupõe tudo o que foi anteriormente anunciado, compete estabelecer as metas a atingir com a disseminação da informação, definindo quer o grau de exaustividade e especificidade que se pretende com a recuperação dos conteúdos, quer os produtos a serem disseminados (catálogos, inventários, etc.) e a estrutura a ser utilizada nos respectivos índices.

A clareza ou não clareza destas duas fases, de planejamento e execução, determinará o maior grau de pertinência e acerto na construção de índices e na subsequente disseminação da informação.

No entanto, algumas recomendações básicas se deve ter em consideração na estruturação de índices em Arquivos Históricos:

1. Construção de três tipos de índices: o geográfico, o onomástico e o de assuntos. Ex:

<u>geográfico</u>	<u>onomástico</u>	<u>de assuntos</u>
Cuiabá	Marquês do Lavradio	Fazenda Real
Rio Paraná	Morgado de Mateus	Ouro
São Paulo	Rolim de Moura, A.	Provedoria

2. Definição do tipo de índice a ser construído: simples ou estruturado.

2.1. A opção por índices simples obriga à entrada direta e ao uso de conceitos específicos dos documentos. Ex:

Centro de Documentação
Libras de ouro
Quintos de ouro

2.2. A opção por índices estruturados exige um trabalho preliminar de definição dos assuntos aglutinadores da informação e respectiva categorização em termos globais (TG), termos específicos (TE) e termos associados (TA). Ex:

MINERAÇÃO (TG)
Minas (TE)
Ouro (TE)
Escravos (TA)

3. Utilização de termos que representem conteúdos e não formas. Ex: No Alvará da Rainha D. Maria I, de 1785, o que interessa que figure no índice é o conteúdo do Alvará e não a forma "Alvará".

4. Controle dos termos/assuntos a serem introduzidos no índice, tendo em consideração que todos são possíveis de nele figurar, porque constituem o vocabulário de base, mas apenas alguns representam "informação nova" e relevante. Ex: No Alvará da Rainha D. Maria I, de 1785, sobre a proibição das manufaturas no Brasil, os conteúdos significativos seriam: Mercantilismo, Monopólio colonial, Manufaturas e Indústria, independentemente de existirem outros conteúdos no documento, como agricultura, povoamento, mineração, etc.

4. Normalização dos termos representativos dos conteúdos com base em princípios como:

uso do substantivo ou forma substantivada. Ex:

Recuperação (e não recuperar)

uso de adjetivos como conceitos aglutinadores. Ex:

Automação de Arquivos

Planejamento arquivístico

- . exclusão de preposições. Ex:
Arquivos Municipais (e não Arquivos do Município)
- . uso do singular, exceto em caso de confusão entre processo e produto.

Ex:

Fotografia (processo)

Fotografias (produto)

Disquete (processo)

Disquetes (produto)

- . uso de qualificadores, quando no mesmo índice aparecem termos homógrafos ou polissêmicos. Ex:

termo homógrafo

Mercúrio (metal)

Mercúrio (planeta)

termo polissêmico

Quintos (Quintos Ouro

Quintos, imposto

Concluindo e resumindo, propõe-se que se acrescente à necessidade de uma metodologia de base - centrada em procedimentos teórico-pragmáticos já desenvolvidos por ciências como a Lingüística, a Lógica e a Ciência da Informação e adaptáveis à Arquivística no que concerne à construção de índices - uma prática de trabalho em equipe transdisciplinar.

Na verdade, só um trabalho desta natureza e qualidade permitirá solucionar as questões relativas à construção, estruturação e disseminação da informação em Arquivos Históricos, permitindo "sonhar" com uma futura automação em nível nacional.

NOTA

* Professora do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da USP.

SOBRE A COMPANHIA RIO CLARO

Maria Antonia Gardenal Molon (*)



"English Bank of Rio de Janeiro Limited

Rio de Janeiro 27 de Julho 1889

Illmo. e Ex.^{mo} Sn^r

Conde do Pinhal

São Paulo

Cabe-me avisar á VEx.^{cia} que acabo de receber de Londres pelo vapor Neva os seguintes documentos relativos á Companhia Rio Claro a saber:

1º Cópia authenticada dos Estatutos da nova Companhia Rio Claro São Paulo Railway Company Limited

2º Certidão official legalizada pelo Consul Brasileiro em Londres da incorporação da nova Companhia segundo as leis de Inglaterra.

3º Procuração geral da nova Companhia a meu favor para aceitar a transferencia e assignar tudo que for necessario.

Sendo escriptos em Inglez os documentos acima já estão em mãos do traductor publico para fazer a traducção, e depois o nosso advogado requererá do Governo Imperial a approvação dos Estatutos e os fará registrar devidamente.

Outrossim faço sciente á VEx.^{cia} que acabo de receber da Caixa Matriz deste Banco em Londres um telegramma autorizando-me á offerecer á VEx.^{cia} plena garantia do fiel cumprimento do Contrato de venda. Em vista disto espero que VEx.^{cia} tratará agora de requerer do Governo Imperial a necessaria autorização para a transferencia da Companhia.

As Copias authenticadas dos Estatutos da velha Companhia e da resolução da Assembléa Geral de accionistas de 30 de Maio ultimo, que forão mandados para Londres lá ficarão, por isso peço á VEx.^{cia} o especial favor de mandar tirar outras e remetter m'as com a possivel brevidade.

Como tambem pretendo encarregar desde já o advogado do Banco á fazer a minuta da Escriptura de venda afim de submettel-a á approvação de VEx.^{cia}, peço igualmente que para esse fim queira remetter me uma descripção circumstanciada dos bens da Companhia.

Sou, com Estima e Consideração

de VEx.^{cia}

Atto V.^{dor} e Creado

Joseph M. Lambley.

Gerente"

Transcrição de uma carta de Joseph M. Lambley, gerente do English Bank of Rio de Janeiro Limited, ao Sr. Antônio Carlos de Arruda Botelho, Conde do Pinhal, logo após a venda da Companhia Rio Claro de Estrada de Ferro ao Bank

of London, concretizada em julho de 1889.

A referida Companhia passou a chamar-se "The Rio Claro, São Paulo Railway Co Limited", tendo o Conde do Pinhal permanecido como Diretor da Estrada, residente no Brasil.

Com a venda da Estrada, houve o prolongamento das linhas de Araraquara a Jabuticabal e de São Carlos a Santa Eudóxia.

Em 1898 a Companhia Paulista comprou a Rio Claro, São Paulo Railway e anexou a seu patrimônio as linhas componentes da Seção Rio Claro, ou seja, de Rio Claro a Araraquara e Jabuticabal, já prontas, bem como a concessão de linha para Barretos, Jaú e ramais até Água Vermelha, Quilombo e Ribeirão Bonito.

O documento original encontra-se no Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, sob o código "AP 16 Francisco Soares Brandão Neto". O Arquivo do Município de Rio Claro possui cópia xerográfica de grande parte da documentação relativa à venda da Estrada de Ferro Rio Claro, conservada naquela instituição.

NOTA

* Socióloga, funcionária do Arquivo do Município de Rio Claro.

NOTAS E INFORMAÇÕES

DOAÇÕES

Durante o primeiro semestre de 1987, recebemos doações das seguintes pessoas e entidades:

janeiro - Domingos Geraldo Martini; Maria de Lourdes do Valle; José Constante Barreto; João A. de S. Montenegro (Fortaleza, CE); Antonio S. Socolowski; Carlos A. de Mello; Biblioteca Municipal Mário de Andrade (São Paulo, SP); Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal (Brasília, DF); Arquivo Nacional (Rio de Janeiro, RJ).

fevereiro - José Egidio Farinha; Paulo Nicolau; Armando Carelli; Coralice Bohn Prado; Olga Christofolletti O. Fâneco; Luzo dos Santos Ferro; Nicolau Mazziotti; Irmã Maria Domingas Rossi (Porto Alegre, RS); Associação dos Arquivistas Brasileiros, Núcleo Regional de São Paulo (São Paulo, SP); Arquivo Público de Uberaba (Uberaba, MG); Centro Interamericano de Desarrollo de Archivos (Córdoba, Argentina); Noticiário Micrográfico (São Paulo, SP).

março - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Brasília, DF); Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal (Brasília, DF); Companhia Estadual de Energia Elétrica (Porto Alegre, RS); Biblioteca Padre Lebrecht (São Paulo, SP); Arquivo do Estado de São Paulo (São Paulo, SP); CEPEHIB (São Paulo, SP); Curadoria dos Museus (Bajé, RS); MARGS (Porto Alegre, RS); UNICAMP (Campinas, SP); Arquivo Público do Distrito Federal (Brasília, DF); Jovelina Mora

teli; Ideney Gonçalves de Oliveira (Araçatuba, SP); Vera Lúcia de Oliveira Soave; Álvaro Augusto Inácio; Mário E. Frank Guedes da Silva (São Paulo, SP); SORIDEMA; J.O. de Meira Penna (Brasília, DF); Silveira Neto (Belo Horizonte, MG).

abril - Arquivo Público de Uberaba (Uberaba, MG); Museu Júlio de Castilhos (Porto Alegre, RS); Arquivo Histórico de Joinville (Joinville, SC); Arquivo Nacional (Rio de Janeiro, RJ); Fundação Getúlio Vargas (Rio de Janeiro, RJ); Museu de Arte do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, RS); Arquivo Histórico de Porto Alegre (Porto Alegre, RS); Arquivo de Santa Catarina (Florianópolis, SC); Fundação Casa de Rui Barbosa (Rio de Janeiro, RJ); Ministério da Educação (Brasília, DF); Núcleo de Estudos de População da UNICAMP (Campinas, SP); Silveira Neto (Belo Horizonte, MG); Israel Beloch (Rio de Janeiro, RJ); Mozart Ribeiro (Rio de Janeiro, RJ).

maio - Arquivo Nacional (Rio de Janeiro, RJ); Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal (Brasília, DF); Eletropaulo (São Paulo, SP); Arquivo do Paraná (Curitiba, PR); Nicola Martino (São Paulo, SP); Luzo dos Santos Ferro; Maria Lúcia Schmidt; Oscar de Arruda Penteado; Eni Barbosa (Porto Alegre, RS).

junho - Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal (Brasília, DF); UNICAMP (Campinas, SP); Secretaria Municipal de Cultura (São Paulo, SP); Universidade do Amazonas (Manaus, AM); Eletropaulo (São Paulo, SP); Notícia Bibliográfica e Histórica (Campinas,

SP); Ministério da Educação (Brasília, DF); Associação dos Arquivistas Brasileiros, Núcleo Regional de São Paulo (São Paulo, SP); Expomicro / 87 (São Paulo, SP); Museu Histórico Municipal de Caxias do Sul (Caxias do Sul, RS); Biblioteca Padre Lebrecht (São Paulo, SP); Reynaldo Camargo Neves; Luzo dos Santos Ferro; Rosalina Lemos Fernandes; João Batista Paschoalatti (Itirapina, SP); Antonio José Alves.

ATENDIMENTO AO PÚBLICO

O movimento de consultas, de janeiro a junho de 1987, apresentou os seguintes resultados:

- 1) Arquivo Intermediário e Arquivo Histórico
. consultas feitas pela administração municipal - 1024
. consultas feitas por particulares - 108
- 2) Biblioteca - 425
- 3) Hemeroteca - 131
- 4) Coleções Especiais - 161

DOCUMENTAÇÃO PROCESSADA

Durante o semestre foram processadas as seguintes séries documentais:

- 1) Administração - Compras / Concorrência Pública
. 1985
. 4 caixas
- 2) Administração - Compras / Convite
. 1985
. 9 caixas
- 3) Administração - Compras / Pedidos de Compra
. 1985
. 35 caixas

4) Administração - Compras / Tomada de Preço

. 1985

. 9 caixas

5) Administração - Protocolo / Certidão

. 1985

. 4 caixas

6) Administração - Protocolo / Fichas

. 1985

. 14 caixas

7) Administração - Protocolo / Processos

. 1985

. 152 caixas

8) Educação e Cultura - Fotos

. 183 unidades

9) Finanças - Contabilidade / Processo de Pagamento

. 1984

. 56 caixas

10) Finanças - Lançadoria e Cadastro/Róis IPTU e Diversas Melhorias

. 1950-1982

. 10 unidades

11) Discos 78 e 33 $\frac{1}{2}$ RPM

. 219 unidades

ESTÁGIO

O Arquivo recebeu, a título de estágio, de 1 a 5 de junho, a professora Maria Auxiliadora de Freitas, do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

VISITANTES

Visitaram o Arquivo, no último semestre:

. Sr. Zênite Martins, gerente da Divisão de Arquivo Geral da Univer

sidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais; acompanharam-no as Sras. Sandra Carolina de Paiva, gerente da Divisão de Cultura, e Maria Inês Galvão Lima, assessora da Secretaria de Cultura Municipal (23 fev. 1987).

. Sr. Shigeru Suzuki, docente do Departamento de Estudos Luso-Brasileiros da Universidade de Estudos Estrangeiros de Tóquio, Japão (29 maio 1987).

. Sra. Amélia Maria Jorge Gonçalves, chefe da Seção de Arquivo da Prefeitura Municipal de Aracruz, Espírito Santo, acompanhada do Sr. Jair Jairo Loureiro Rangel (29 maio 1987).

ASSESSORIA

A fim de implantar o arquivo municipal de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, a funcionária Ana Maria Penha Mena Pagnocca prestou assessoria técnica à Prefeitura Municipal daquela cidade de 25 a 29 de maio de 1987. Em 40 horas de atividades, que incluíram aulas teóricas e trabalhos práticos, foram examinados os procedimentos técnicos e os fundamentos da administração de arquivos correntes, intermediários e permanentes.

PINHO E POLACOS

Em conjunto com a SORIDEMA, o Arquivo expôs de 5 a 19 de junho as fotos de João Urban, retratando o modo de vida dos poloneses que fundaram há mais de um século, nas proximidades de Curitiba, Paraná, a Colônia Tomás Coelho. O documentário fotográfico deixa patente a presença da madeira - o pinho - no cotidiano dos colo-

nos: a casa, a mobília, o altar da capela, a cerca, o curral, o cabo da ferramenta, o instrumento musical.

INSTRUMENTOS DE PESQUISA

A partir de um amplo programa de identificação de documentos de interesse para a história de Rio Claro conservados em outras instituições, iniciado em 1981, o Arquivo do Município conta hoje com inúmeros instrumentos de pesquisa que se encontram à disposição dos consulentes.

Referentes ao acervo do Arquivo do Estado de São Paulo, temos inventários analíticos das seguintes séries documentais:

- . Colônias (1878-1890)
- . Escravos (1876-1887)
- . Imigração (1885-1891)
- . Instrução Pública
 - . Livros (1870-1915)
 - . Ofícios (1845-1896)
- . Juiz de Direito (1847-1891)
- . Negócios Eleitorais (1847 - 1919)
- . Ofícios Diversos (1837-1896)
- . Posturas Municipais (1847 - 1852)
- . Terras e Colonização (1885 - 1893)

O inventário da correspondência do Juiz de Direito de Rio Claro encontra-se publicado. Os demais constituem instrumentos de uso interno, com número limitado de cópias.

IV SEMINÁRIO DE ARQUIVOS ESTADUAIS

São Paulo sediará o IV Seminário de Arquivos Estaduais, evento promovi-

do anualmente pelo Arquivo Nacional. O encontro está previsto para a última semana de outubro de 1987. Como parte das atividades do Seminário, haverá em Rio Claro, durante dois dias, o I Seminário Nacional de Arquivos Municipais, cuja programação será oportunamente divulgada.

MEMÓRIA DA ESCRAVIDÃO

O projeto "Memória da Escravidão", coordenado pelas professoras Maria de Lourdes Monaco Janotti e Suelly Robles Reis de Queiroz, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, pretende resgatar, através da coleta sistemática de depoimentos orais, a lembrança que as famílias negras de São Paulo conservam do período da escravidão. Associando-se à iniciativa, o Arquivo criou condições para que duas pesquisadoras ligadas ao projeto - Maria Rosa de Belém Baptista e Cláudia Regina Callari - recolhessem em Rio Claro, através de entrevistas com oito descendentes de escravos, realizadas no mês de abril, importante material de estudo. As fitas gravadas estão sendo transcritas e ficarão à disposição do público interessado.

DUAS NOITES NO PARNASO

Em promoção conjunta com o Departamento de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal e como parte dos festejos da Semana da Cidade, o Arquivo realizou no dia 29 de junho o lançamento do livro de poemas de Florideu Gervasio, Duas noites no Parnaso:

improvisos, com capa ilustrada por Percy de Oliveira.

AGENDA PARA 1988

A Agenda Rio-Clarense para 1988 está sendo organizada nos mesmos moldes da anterior, só que com uma temática diferente. A sugestão de novas e femérides a serem registradas deverá chegar ao Arquivo até o mês de setembro próximo.

CADASTRO NO MINC

Em maio último, o Arquivo recebeu certificado de registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas de Natureza Cultural do Ministério da Cultura, podendo desde então desfrutar dos benefícios da Lei Sarney.

FEMININO SINGULAR

Sob este título, o Arquivo promoveu, de 3 de abril a 19 de junho, o "Curso de Literatura Brasileira Contemporânea: a Participação da Mulher", coordenado pela Professora Ivaira Prado. As aulas foram ministradas às sextas-feiras, 20:00 hs, no salão nobre da Câmara Municipal e contaram com um número expressivo de participantes.

Na seqüência do programa, tivemos:

- 1) Nelly Novaes Coelho, "Tendências atuais da literatura feminina brasileira";
- 2) Marisa Lajolo, "A mulher e a literatura infantil brasileira";
- 3) Cremilda Medina, "Os anos 60 e a revolução feminina";
- 4) Julieta de Godoy Ladeira,

"Romance/s";

5) Ilka Brunhilde Laurito, "Poesia: depoimento pessoal";

6) Adélia Prado, "Conversa ao pé do fogão";

7) Bella Jozef, "A mulher e o processo criador (a máscara e o enigma)";

8) Renata Pallottini, "A mulher

na dramaturgia brasileira";

9) Zulmira Ribeiro Tavares, "Por que o tema?";

10) Hilda Hilst, "Diálogo com Hilda Hilst", com a participação especial de Nelly Novaes Coelho.

Cerca de 70 participantes receberam certificado de frequência às aulas.